

RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.625 - RS (2013/0047049-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AMÉLIA FRANCISCA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : GUSTAVO BERNARDI - RS044154
RECORRIDO : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA
ADVOGADO : JOSÉ PEDRO DA BROI E OUTRO(S) - RS022459
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : EVANDRO GARCZYNSKI E OUTRO(S) - RS045367

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AMÉLIA FRANCISCA SILVA DOS SANTOS contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª).

Cuidam os autos, na origem, de ação revisional proposta por AMÉLIA FRANCISCA SILVA DOS SANTOS contra EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 350/358).

Diante disso, AMÉLIA FRANCISCA SILVA DOS SANTOS interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 421):

"ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. MÚTUO IMOBILIÁRIO (SFH). AGRAVO RETIDO - COMPLEMENTAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IMPROVIMENTO DO RECURSO. LANÇAMENTO DOS JUROS NÃO - PAGOS EM CONTA SEPARADA, COMO MEIO DE SE EVITAR A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. CDC. TABELA PRICE. SEGURO. ENCARGOS DA MORA.

Os quesitos formulados pela parte autora/agravante aos fins de justificar o pedido de complementação da prova pericial, rigorosamente, não demonstram a existência de equação fática controvertida ainda não elucidada nos autos, razão pela qual o indeferimento da pretensão acura à disciplina do artigo 130, do Código de Processo Civil, não merecendo qualquer censura.

A utilização do Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) pode ensejar a cobrança de e juros sobre juros, na hipótese de amortização negativa do saldo devedor. Tal situação explica-se pelo descompasso existente entre a correção monetária do saldo

devedor (índices aplicáveis à caderneta de poupança) e o reajuste das prestações, nos moldes do Plano de Equivalência Salarial-PES.

A jurisprudência de nossos Tribunais passou determinar que o quantum devido a título de juros não-pagos fosse lançado em uma conta separada, sujeita somente à correção monetária, legitimando tal providência, forte na Súmula 121/STF, assim redigida: É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada. (AgRg no REsp 630.238/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 12.6.2006). Tal providência seria absolutamente legítima, tendo em vista que a cobrança de juros sobre juros é vedada nos contratos de financiamento regulados pelo Sistema Financeiro de Habitação, ainda que livremente pactuada entre as partes contratantes, segundo o disposto na Súmula 121/STF.

Incidência do CDC aos contratos bancários, a espécie restou pacificada pelo Plenário do STF na ADI 2.591.

No tocante ao valor da prestação do seguro, entendo que obedece a critérios específicos de reajuste, de modo que, tratando-se o seguro contratado, no caso em apreço, daquele regido pelo Sistema Financeiro de Habitação, deve observar os índices da SUSEP.

O provimento da pretensão deduzida no tocante às amortizações negativas havidas na evolução do saldo devedor não tem aptidão para produzir nos encargos mensais inadimplidos, permanecendo incólume, pois, os efeitos da mora.

Em tal conformação, pois, não há valores a repetir."

Inconformada, AMÉLIA FRANCISCA SILVA DOS SANTOS manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 130, 420 e 535 do CPC/73; do art. 4º do Decreto n.º 22.626/33; e dos arts. 6º e 61 da Lei n.º 4.380/64.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 517).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, alega a recorrente violação do 535 do CPC/73, uma vez que o v. acórdão estadual não teria tratado das matérias suscitadas nos embargos de declaração. Entretanto, o recurso não merece acolhimento. Isso porque o apelo especial limita-se a alegar a omissão de forma genérica, sem apontar quais matérias seriam omissas, o que atrai, por analogia, a Súmula 284 do STF. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, a teor da Súmula 284 do STF, quando não demonstrada, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não terão sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1188316/AM, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. PERÍCIA. CONVICÇÃO DO JUIZ DESTINATÁRIO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO

1. Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia.

(...)

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2013, DJe de 5/3/2013, grifou-se).

Outrossim, no apelo nobre que pretende trânsito, sustenta a recorrente violação dos arts. 130 e 420 do CPC/73 e do art. 4º do Decreto n.º 22.626/33, ao argumento de que a prova pericial seria necessária para verificar a existência de anatocismo na Tabela *Price*. O eg. TRF 4ª Região, por seu turno, ressaltou que foi negado apenas o pedido de complementação da perícia, bem como destacou que a prova pericial concluiu pela inexistência de capitalização de juros. A título elucidativo, colacionam-se os seguintes

trechos do v. acórdão objurgado:

"A parte autora/agravante postulou pela complementação da prova pericial nos seguintes termos (evento 02 na origem - pet20) -

'(...) QUESITOS COMPLEMENTARES

1) Queira o Sr. Perito Judicial apresentar os dados do financiamento firmado entre as partes, tais como valor financiado, taxa de juros, prazo, CES, Seguros, etc.

2) Para demonstrar de forma irrefutável a presença de juros compostos capitalizados mensalmente no plano de financiamento apresentado pelo Agente Financeiro por ocasião da assinatura do contrato, requer ao Sr. Perito Judicial que recalcule o valor da prestação, utilizando, para tanto, a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, apresentando cada passo em seu Laudo e por fim demonstrando a metodologia empregada, clicando na palavra 'metodologia' localizada abaixo do canto inferior direito da Calculadora do Cidadão.

3) Queira o Sr. Perito responder aos quesitos da parte Autora anteriormente não respondidos, especialmente os de número 04, 05 e 06.

(...)'

Os quesitos indicados na parte final do petitório - n.º 04 a 06 - e a resposta do expert aos mesmos, por sua vez, literalizam -

'(...)

Quesito 04) Caso o contrato não esteja ao abrigo do FCVS (se estiver vá para o quesito 9), faça o Sr. Perito a evolução real do saldo devedor até a data atual, no cenário dos juros simples, com a técnica da Data Focal e, paralelamente, com a técnica da evolução, mês a mês (planilha do Agente Financeiro porém com juros simples) visto que ambas necessariamente devem convergir em resultados?

Quesito 05) Caso o saldo encontrado no quesito precedente seja devedor, apresente o Sr. Perito a série de pagamentos equivalentes, no cenário de juros simples, e que, portanto, amortizaria o saldo devedor encontrado no prazo remanescente do contrato neste cenário?

Quesito 06) Demonstre, o Sr. Perito, a equivalência entre o saldo devedor encontrado e a série de pagamentos apresentada (no seu conjunto), no cenário de juros simples, na forma solicitada no quesito 3 anterior?

Resposta aos Quesitos 03 a 06: O critério pretendido pelo Autor nos quesitos acima, buscam alterar o sistema contratado entre as partes, entendendo este Perito, S.M.J., ser questão de mérito, motivo este que deixamos

de nos manifestarmos.

(...)'

Do quanto transcrito, verifica-se que a complementação da prova técnica afigura-se mesmo prescindível à elucidação da lide, sendo bastante elucidativo anotar que a sua ausência não impediu o reconhecimento, pelo juízo, da procedência do pedido em relação às amortizações negativas havidas no curso do contrato. A incidência de juros compostos ou simples na evolução da avença, por sua vez, é matéria de direito, sendo irrelevante a simulação pretendida pela parte autora ao convencimento do órgão julgador no tópico.

À toda evidência, os quesitos formulados pela parte autora/agravante aos fins de justificar o pedido de complementação da prova pericial, rigorosamente, não demonstram a existência de equação fática controvertida ainda não elucidada nos autos, razão pela qual o indeferimento da pretensão acura à disciplina do artigo 130, do Código de Processo Civil, não merecendo qualquer censura.

Destarte, nego provimento ao agravo retido." (fls. 413/414)

Com efeito, é entendimento pacífico desta eg. Corte Superior de que o juiz é destinatário final das provas, a quem incumbe, portanto, verificar a suficiência do acervo probatório para o deslinde da controvérsia. Desse modo, para alterar o entendimento exarado pelo eg. Tribunal de origem, seria necessário o revolvimento fático-probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ. Corroboram essa conclusão os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS/EMBARGANTES.

1. Admissível o agravo, apesar de não infirmar a totalidade da decisão embargada, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz à preclusão das matérias não impugnadas.

2. Consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, este é o destinatário final das provas, de modo que cabe a ele decidir quanto à necessidade ou não dessas, não configurando cerceamento de defesa a decisão pelo julgamento antecipado do feito ou o indeferimento do pedido de produção probatória, especialmente quanto o magistrado entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento. Precedentes. Incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.

3. A reforma do acórdão estadual, no sentido pretendido pela parte recorrente, exigiria ilidir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre as cláusulas da avença firmada entre as partes e

sobre a existência de determinação, por parte do BNDES, para que a casa bancária não realizasse o repasse das verbas. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 374.153/RJ, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018, grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento 3. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de cláusulas contratuais e de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no AREsp 1201100/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 22/05/2018, grifou-se)

Da mesma forma, não é possível modificar o entendimento do v. acórdão quanto à inexistência de capitalização de juros, pois esta conclusão pautou-se nas provas existentes nos autos, em especial a prova pericial. Assim, novamente o apelo nobre esbarra na Súmula 7/STJ.

Além disso, o recurso também não merece acolhimento quanto aos arts. 6º e 61 da Lei n.º 4.380/64. Sob a referida infringência, afirma-se que a correção monetária do saldo devedor submete-se ao Plano de Equivalência Salarial - PES.

Ocorre que a orientação deste Sodalício é no sentido de que a aplicação do PES refere-se apenas às prestações mensais, e não ao reajuste do saldo devedor. Nessa

linha de intelecção, os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CES. PES-CP. TABELA PRICE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO SIMPLES. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ. RECURSO NÃO PROVIDO.

O Plano de Equivalência Salarial é aplicável para o reajuste das prestações mensais, não servindo para reajuste do saldo devedor, o qual é feito por índice pactuado pelas partes. Precedentes.

(...)

8. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1640506/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. TAXA REFERENCIAL (TR). CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL - CES.

PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. NECESSIDADE DE CONSTATAÇÃO DA MÁ-FÉ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...0

2. A aplicação do PES refere-se apenas às prestações mensais, e não ao reajuste do saldo devedor.

(...)

6. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 527.456/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 18/02/2015, g.n.)

Nesse contexto, o recurso especial esbarra na Súmula 83/STJ, pois o v. acórdão vergastado está em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Por fim, o recurso também não encontra respaldo pela divergência jurisprudencial, pois não há similitude fática e jurídica entre os arestos paradigmas e o v. acórdão recorrido, assim como a incidência da Súmula 83 do STJ impede a abertura do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator